

**ATA DA 95ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE  
MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA - CIMGC**

**31 de outubro de 2016, 2ª feira, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e  
Comunicações, Sala dos Conselhos, 5º andar  
Início 14h20min Término: 16h00min**

**Membros Participantes**

Fernando Araldi – Ministério das Cidades
Cibele Dutra de França – Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Gustavo Saboia Fontinele e Silva – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Beatriz Soares da Silva – Ministério da Fazenda

**Outros Participantes**

Sonia Regina Bittencourt - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Susanna Erica Busch - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Ricardo Costa – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Edson Rodrigo Toledo Neto – Ministério da Fazenda
Luís Fernando Badanhan – Ministério de Minas e Energia
Tamille Sales Dias – Casa Civil da Presidência da República
Carmen Tavares C. Moreira – Ministério do Meio Ambiente
Milena S. M. Medeiros – Casa Civil

**Assuntos abordados:**

**1. Aprovação da Ata da 94ª reunião ordinária da CIMGC.**

Os membros votaram pela aprovação da ata.

**2. Deliberação sobre os projetos de MDL submetidos à Comissão em 09 de setembro de 2016 (94ª reunião ordinária):**

**2.1.** 475/2016 – Empreendimentos nas Pequenas Centrais Hidrelétricas Caçador, Cotiporã, Linha Emília, Piranhas e Ponte Alta chamadas de grupo (agrupamento).

A Secretaria Executiva leu o parecer do MCTIC sobre o projeto, o qual considerou que o mesmo deveria ser aprovado com ressalvas, embora os participantes tenham deixado de encaminhar à CIMGC comprovante de envio de carta-convite ao Fórum Brasileiro de ONG's e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – FBOMS, o que levaria ao projeto a entrar em revisão. O parecer do MCTIC para aprovação com ressalvas levou em consideração o fato de terem sido enviadas cartas-convite para as principais associações existentes nos municípios onde as PCHs estão instaladas, abrangendo consideravelmente atores envolvidos, interessados e/ou afetados pela atividade de projeto (Sindicato dos

Trabalhadores Rurais de Serafina Corrêa; Associação Comercial, Industrial e Serviços de Serafina Corrêa; Sindicato Trabalhadores Indústria Alimentícia de Serafina Corrêa; Sociedade Esportiva e Recreativa de Serafina Corrêa; Sindicato Trabalhadores Indústrias Gráficas de Serafina Corrêa; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Bossano; Associação Comunitária Hospital Nossa Senhora de Lourdes do município de Nova Bossano; Associação Comunitária Carreiro Linha 1º de março de Dois Lajeados; Associação Comunitária José Loureiro da Silva de Dois Lajeados; Associação Comunitária de Agricultores Linha Dona Cândida Ascoli de Dois Lajeados; Associação Comunitária de Agricultores Linha Ernesto Alves de Dois Lajeados; Associação Comunitária de Agricultores Linha Emília de Dois Lajeados; Associação Comunitária de Agricultores Linha Felipe de Noronha de Dois Lajeados; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dois Lajeados; Cooperativa Santa Clara Ltda. de Cotiporã; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cotiporã; Associação de Prestação de Serviços de Fagundes Varela; Associação da Juventude Rural Fagundes Varela; Cooperativa dos Suinocultores de Encantado Ltda.; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Piranhas; Sindicato Rural de Piranhas; Cooperativa Agropecuária de Caiapônia; Associação dos Moradores da Região de Santo Antônio; Coordenadoria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente de São Gabriel do Oeste; Associação Comercial e Industrial de São Gabriel do Oeste; Cooperativa dos Produtores do Centro-Oeste – CONACENTRO; Cooperativa Central Oeste Catarinense; e Sindicato Rural de São Gabriel do Oeste). Consta no referido parecer que caberia à CIMGC a decisão final quanto a atividade de projeto ser considerada aprovada com ressalvas ou ser colocada em decisão.

Os representantes do Ministério de Minas e Energia; do Ministério das Cidades; do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil; e do Ministério da Fazenda mencionaram que seguiriam o parecer do MCTIC como “aprovado com ressalvas”. Em tempo, o representante do Ministério da Fazenda relatou que deveria estar registrado em ata que a “aprovação com ressalvas” deste projeto trata-se de uma exceção e que o proponente do referido projeto deveria também ser informado sobre a questão. A Comissão determinou que novos projetos que não atendam a comprovação de aviso de recebimento de carta convite de todos os atores obrigatórios, serão submetidos às normas da Resolução nº 10 da CIMGC (reunião pública presencial).

Deste modo, a Comissão deliberou pela “aprovação com ressalvas” da referida atividade de projeto para atender as seguintes exigências:

a) Correções necessárias no Documento de Concepção do Projeto:

- Na indicação dos Participantes do Projeto (página 1 das versões em inglês e português), aparece a denominação Piranhas (Serra Negra Energética) como sendo um dos participantes. Entretanto, nas declarações de Ponto de Contato, Trabalhista e Ambiental, a empresa é indicada com a denominação “Serra Negra Energética S/A”. Pede-se informar no PDD/DCP a denominação correta do referido participante, e padronizar a indicação do mesmo em todos os documentos de forma idêntica ao que deverá constar na carta de aprovação quando esta for emitida.
- No item B.8.3 - Outros elementos do plano de monitoramento (página 36 do DCP e do PDD) é informado que “O monitoramento do POA proposto será realizado ...”. Solicita-se correção pois trata-se de uma atividade de projeto e não de um PoA.
- A tradução do primeiro parágrafo do item B.8.3. Outros elementos do plano de monitoramento – página 36 – está incorreta.
- Na página 37 do DCP (último parágrafo) a tradução “Análise de Dados de Envio para a Margem de Operação” está incorreta.

- A tradução do 1º parágrafo do item D.1 (Análise de impactos ambientais), página 39, está confusa.
- No 2º parágrafo do item D.1 (Análise de impactos ambientais), página 39, substituir “patrocinadores” por “participantes do projeto”.
- A Tabela 21 (página 43 e página 42, das versões em português e em inglês, respectivamente) está incompleta, pois foram enviadas cartas-convite também para outros atores não listados na mesma, inclusive no mês de setembro.
- No Apêndice 1 (páginas 44 e 45 do DCP e do PDD, a Eletrobras (Centrais Elétricas Brasileiras S/A) é informada duas vezes como participante do projeto.

b) Correções Necessárias no Relatório de Validação:

- O título da atividade de projeto na versão em português do relatório de validação (página 1) está diferente do título informado no DCP e não corresponde à tradução correta da versão em inglês do PDD e do *Validation Report*.
- O título da atividade de projeto indicado no DCP e no PDD difere daquele indicado pela EOD RINA na conclusão da validação (páginas 2 das versões em inglês e português). A EOD incluiu “no Brasil/in Brazil” ao final do mesmo. Solicita-se padronização, informando o título do projeto de forma idêntica à que deverá constar na carta aprovação.
- No item D.11(Consulta a parte interessada local), páginas 29 e 32 nas versões em inglês e português, respectivamente), a EOD faz menção às audiências públicas realizadas nos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Goiás, em maio de 2014. Esta região não condiz com a localização das PCHs que compõem o projeto. Além disso, não existe menção sobre estas audiências públicas no PDD.

c) Correções Necessárias no Anexo III:

- O título da atividade de projeto no Anexo III difere daquele apresentado no PDD/DCP e no Relatório de Validação/Validation Report.
- Na Tabela 1: Licença de Operação das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs (página 5), consta informação de protocolo de renovação para todas as PCHs, porém, só foi enviada à CIMGC cópia do Protocolo de solicitação de Renovação para a PCH Ponte Alta.

d) Não constam na documentação encaminhada à CIMGC as declarações de conformidade com a legislação trabalhista e de conformidade com a legislação ambiental assinadas pela empresa Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras.

### 3. Outros assuntos:

#### 3.1. Consulta da Casa Civil da Presidência da República

Foi encaminhado e-mail para a CIMGC, pelo membro titular da Casa Civil, informando que a Sra. Tamille Sales Dias, em caráter excepcional, iria acompanhar a reunião devido a impossibilidade de participação dos membros titular e suplente desta pasta. Solicitou, nesta mensagem, que fosse submetida consulta à plenária se a participação da referida assessora

poderia ser computada como presença da Casa Civil. Os membros consideraram que a Sra. Tamille participaria da reunião na condição de observadora. A Comissão decidiu que, quando houver indicação para representar o órgão na reunião da CIMGC, que não seja membro titular ou suplente, que seja feita solicitação por meio de ofício para a secretaria executiva da CIMGC. Cópia digital deste ofício poderá ser encaminhada via e-mail para que a secretaria executiva tome conhecimento, no entanto, a original deve ser formalmente encaminhada para ser apensada a ata da referida reunião.

### **3.2. 96ª reunião ordinária da CIMGC – data proposta 08 de dezembro de 2016.**

Os membros votaram pela aprovação da data proposta da 96ª reunião ordinária da CIMGC para 8 de dezembro de 2016.

### **3.3. Calendário de reuniões para 2017.**

Os membros votaram pela aprovação do Calendário de reuniões da CIMGC para 2017:

97ª – 06/02/2017 (60 dias)

98ª – 06/04/2017 (59 dias)

99ª – 05/06/2017 (60 dias)

100ª – 03/08/2017 (59 dias)

101ª – 01/10/2017 (59 dias)

102ª – 30/11/2017 (60 dias)

### **3.4. Submissão do Brasil sobre o artigo 6º, parágrafo 4, do Acordo de Paris, em atendimento à solicitação do SBSTA em sua 44ª Seção.**

A Secretária Executiva informou que se encontra disponível no sítio eletrônico da UNFCCC a submissão do Brasil sobre o art. 6º, parágrafo 4, do Acordo de Paris, encaminhada pelo Ministério das Relações Exteriores em atendimento à solicitação do *Subsidiary Body for Scientific and Technological Advice* (SBSTA) da UNFCCC. Esclareceu que este será um dos assuntos que serão discutidos na 22ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 22). Disse que o referido documento estava sendo apresentado à CIMGC para conhecimento e atualização sobre o que está ocorrendo a respeito do art. 6.4 do Acordo de Paris no âmbito da Convenção. Os membros solicitaram que o MRE fosse convidado, por ofício, a realizar, na 96ª reunião ordinária, uma apresentação sobre a submissão brasileira e informar sobre os desdobramentos da COP 22. Foi acordado que os membros da Comissão teriam até o dia 10 de novembro para encaminhar à secretaria executiva eventuais dúvidas específicas.

### **3.5. Relatório Anual de 2015**

A secretaria executiva da CIMGC apresentou aos membros o relatório de atividades da Comissão referente ao ano de 2015.

Esgotados os assuntos da pauta, a Secretária Executiva perguntou se mais alguém gostaria de fazer alguma colocação. Nada mais tendo a acrescentar, a reunião foi encerrada às 16:00 horas.